



Senado aprova plebiscito sobre a criação do estado de Tapajós



Waldemir Barreto/Senado Federal

Sarney preside a sessão em que o projeto foi aprovado: eleitores do Pará também serão consultados se ratificam ou não a criação de outro estado, o de Carajás

Segundo o projeto, que será promulgado pelo Congresso, TRE do Pará tem seis meses para fazer consulta popular

Tapajós poderá ser o 27º estado da Federação, caso a população do Pará aprove, em plebiscito, a separação de 27 municípios. Projeto prevendo a realização da consulta – em até seis meses após a promulgação da lei – foi aprovado pelo Plenário do Senado ontem. **3**

Ministro sugere lei para programa de livro didático

Criado por decreto, está na hora de regulamentar o programa, diz Fernando Haddad. **5**

Gerardo Magalhães/Senado Federal

Ministro Haddad também informou à CE, presidida por Roberto Requião (D), que *kit* anti-homofobia está sendo reavaliado



CDR prorroga incentivos ao setor petroquímico

Regime tributário especial em vigor para área da Sudene e regiões Norte e Centro-Oeste valerá por mais quatro anos. **8**

Aprovados nomes para conselhos da Justiça e do Ministério Público

Quatro indicações para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e

três para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) foram

aprovadas ontem pela CCJ. A decisão final será do Plenário. **8**



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Senador Eunício Oliveira (4º à dir), entre os sete indicados para os conselhos: os candidatos foram sabatinados pela CCJ e agora aguardam a votação pelo Plenário, que pode acontecer ainda hoje

Lei Orgânica é destaque em encarte do Interlegis

O Jornal do Senado circula hoje com o *Interlegis Brasil*, encarte voltado aos legisladores municipais.



Rollemberg indica Jorge Viana para relatar Código Florestal **4**

Senado cria comissão para acompanhar conflito agrário **2**

Comissão externa visita áreas de conflitos agrários

Plenário aprovou a criação de um grupo de três parlamentares que vai acompanhar a situação na região Norte, após a morte de quatro agricultores e ambientalistas

O SENADO APROVOU ontem, por votação simbólica, a criação de uma comissão externa composta por três parlamentares para visitar áreas de conflito rural nos estados do Amazonas, de Rondônia, do Acre e do Pará.

A preocupação principal da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), autora do requerimento sobre a comissão externa, é com a tensão e a violência nas questões agrárias da região. Na última semana,

houve quatro assassinatos de agricultores e ambientalistas em Rondônia e no Pará.

No dia 24, os líderes extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo foram mortos a tiros quando voltavam para casa, em um assentamento em Nova Ipixuna, no Pará. O casal havia denunciado crimes ambientais e recebera ameaças de mortes.

Três dias depois, foi a vez do agricultor Adelino Ramos, conhecido como Dinho, lí-

der do Movimento Camponês Corumbiara (MCC), em Vista Alegre do Abunã, Rondônia. Dinho levou seis tiros quando se dirigia para uma feira de produtores rurais.

No dia 28, outro agricultor foi encontrado morto no Pará. Herenilton Pereira dos Santos vivia no mesmo assentamento onde foi morto o casal de ambientalistas e teria visto dois motoqueiros suspeitos de assassinar José Cláudio e Maria do Espírito Santo.

Gurgacz culpa falta de regularização por conflitos

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) disse que são preocupantes os conflitos agrários na Amazônia e, especialmente, em Rondônia. Para ele, os assassinatos de lideranças comunitárias na última semana são um alerta sobre o problema da regularização fundiária na região.

– A falta do título de posse ou do registro do imóvel que dê alguma segurança jurídica para o produtor rural, ou mesmo para o proprietário de imóvel urbano da Amazônia, praticamente inviabiliza qualquer tentativa de desenvolvimento sustentável da região Norte – afirmou Gurgacz, lembrando que esse foi o tema de debate realizado, na semana passada, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que ele preside.



João Pedro defende respeito às populações tradicionais da região

João Pedro lamenta mortes e cobra proteção

O senador João Pedro (PT-AM) lamentou e repudiou os assassinatos de ambientalistas ocorridos na última semana e exigiu providências do governo para que outras lideranças e homens que “lutam pela floresta” não sejam mortos.

Foram assassinados José Cláudio Ribeiro da Silva, Maria do Espírito Santo e Herenilton Pereira dos Santos, em Nova Ipixuna (PA); e Adelino Ramos, membro do PCdoB em Rondônia.

João Pedro lamentou ainda que, desde o século 16, com a chegada do homem branco à Amazônia, se derrame tanto sangue na ocupação da área.

– Será que ninguém consegue um modo democrático de respeitar as populações tradicionais? – questionou.

Reforma agrária é essencial, diz Inácio Arruda

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), incluiu ontem, em discurso, a reforma agrária entre as medidas apontadas por ele como necessárias para “um projeto de nação baseado nos interesses maiores do povo brasileiro.” O senador lembrou que se trata de uma luta histórica dos trabalhadores, que deve ter soluções adequadas a seu tempo.

– A reforma agrária nas condições de hoje, com a alta tecnologia no campo, tem espaço para se materializar num processo de cooperação entre trabalhadores rurais – afirmou Inácio Arruda, que citou os estados do Sul como exemplos de produção em minifúndios.



Reforma é luta histórica dos trabalhadores, afirma senador



Gurgacz lembra debate sobre o assunto realizado na CRA no dia 25

Painel vai falar sobre o impeachment de Collor

A assessoria de imprensa da Presidência do Senado divulgou nota à imprensa informando que o presidente José Sarney mandou incluir um painel tratando do impeachment do presidente Fernando Collor na galeria do Túnel do Tempo.

A galeria marca a revitalização do Túnel do Tempo, como é conhecido o corredor de acesso

entre o prédio principal do Senado e o Anexo 2. A mostra conta, em 16 painéis, a história do Senado desde a sua instalação, em 1826, até os dias atuais. O espaço integra o roteiro da visita guiada ao Congresso Nacional.

A nova galeria foi inaugurada na segunda-feira e, na ocasião, a imprensa questionou a ausência

de informações sobre o impeachment, ocorrido em 1992.

Na nota, o presidente do Senado esclarece que “não foi o autor nem o curador da exposição”, feita por organismo especializado da Casa, e que determinou a inclusão do episódio do impeachment do presidente Fernando Collor “na linha de eventos da referida mostra.”

Correção

Ao contrário do que divulgou o *Jornal do Senado* na edição de ontem, a sessão especial do Senado destinada à entrega do Diploma José Ermírio de Moraes será realizada na próxima terça-feira.

O diploma é concedido a empresários ou empresas que tenham prestado relevante contribuição ao crescimento e ao desenvolvimento econômico e social do país.

Receberão o diploma José

Dias de Macêdo, presidente das Organizações J. Macêdo; Walterci de Melo, do Laboratório Teuto; e os empresários Eugênio e Euflávio Ribeiro, do Grupo Cairu, fabricante de bicicletas.

Senadores buscam solução para criminalização da homofobia

Os senadores Marta Suplicy (PT-SP), Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Demóstenes Torres (DEM-GO) reuniram-se ontem para discutir uma alternativa ao PLC 122/06, que criminaliza a homofobia. Um novo texto está sendo escrito e será divulgado após a aprovação dos senadores e do presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (ABGLT), Toni Reis, que também participou da reunião.

Segundo a relatora do texto na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Marta Suplicy, uma das principais mudanças será no artigo que pune a discriminação ou preconceito pela orientação sexual. A nova redação, segundo a relatora, vai prever punição

apenas àqueles que induzirem à violência.

– O projeto contemplou a todos os que estavam ali: o Toni Reis, da ABGLT; o senador Demóstenes, que queria dar constitucionalidade ao projeto; e o senador Crivella, que queria a proteção aos pastores e à liberdade de expressão – explicou a senadora.

O ponto que causou a maior polêmica na discussão do projeto foi a liberdade de expressão dos religiosos, que alegavam que qualquer manifestação contra a homossexualidade poderia ser caracterizada como discriminação ou preconceito.

Crivella afirmou que o projeto em discussão é novo e que poderá “enterrar” de vez o PLC 122.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h30 serão publicados na edição de amanhã do *Jornal do Senado*.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Três medidas provisórias na pauta

14h Na sessão deliberativa de hoje, três medidas provisórias que tramam a pauta do Plenário (MP 517/10, MP 520/10 e MP 521/10) devem ser votadas pelos senadores.

Presidência Parlamentar de Angola visita Senado

11h30 O senador José Sarney recebe o embaixador José Carlos de Araújo Leitão; às 12h, o senador Marcelo Crivella e o primeiro vice-presidente do Grupo Parlamentar do Movimento pela Libertação de Angola, Carlos Alberto Ferreira Pinto, entre outros; às 13h, participa de almoço oferecido pela presidente Dilma Rousseff; às 16h, preside a ordem do dia; às 18h, recebe o ex-presidente da Espanha José María Alfredo Aznar López.

CCT Regras para concessões de rádio e TV

8h30 A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática examina pauta com 25 proposições. Entre elas, ato que proíbe aos senadores relatar projetos de autorização para funcionamento de emissoras de rádio e televisão que atuarão nas unidades da Federação para as quais foram eleitos.

CAS Exame pericial para auxílio-doença

9h A Comissão de Assuntos Sociais analisa, entre outros itens, projeto que torna obrigatório exame médico pericial para suspensão de pagamento do auxílio-doença.

CCJ Cinco propostas da reforma política

10h Cinco propostas de emenda à Constituição que tratam de temas relativos à reforma política, entre as quais a que estabelece mandato de cinco anos para presidente da República e governadores, constam da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

CE Debate sobre o ensino fundamental

10h Audiência pública para debater o tema “O ensino fundamental, a educação integral e a educação para jovens e adultos”. Entre os convidados, o especialista em educação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Timothy Denis Ireland.

Campanha Comunidade Senado Solidário

11h Lançamento da campanha Comunidade Senado Solidário pela Diretoria-Geral da Casa. O evento ocorre no hall entre as alas Teotônio Vilela e Tancredo Neves.

CMO LDO 2012 e presidente da Caixa

14h Representantes dos líderes partidários discutem relatório preliminar do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2012. Às 15h, a comissão ouve o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Hereda, sobre o pagamento dos restos a pagar referentes aos anos de 2007 a 2009.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Humberto: PEC das MPs precisa ser aperfeiçoada

A aprovação da proposta de emenda constitucional que altera a tramitação das medidas provisórias encontra-se em um impasse. Ontem, o líder do PT, senador Humberto Costa (PE), deixou claro à oposição que, apesar do consenso em torno da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, não há acordo do seu partido para votação em Plenário. A seu ver, o projeto ainda precisa ser "aperfeiçoado".

Apresentada em março pelo presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), a PEC 11/11 foi aprovada na CCJ sob a forma de um substitutivo de autoria de Aécio Neves (PSDB). Um ponto do substitutivo, no entanto, passou a ser questionado pelo PT: a comissão mista para verificar a urgência e a relevância da medida provisória teria poder para derrubá-la em caso de considerá-la inconstitucional.

PMDB vai propor agenda positiva para o Senado

A bancada do PMDB vai apresentar uma agenda positiva para votações no Senado, informou ontem o presidente da Casa, José Sarney. O objetivo, disse ele, é propor soluções para questões consideradas prioritárias, como a reforma tributária, as dívidas dos estados com a União, segurança e investimentos em educação.

– O PMDB terá uma agenda ativa, proativa – disse Sarney, que participou na segunda de reunião da bancada com o vice-presidente da República, Michel Temer.

Segundo o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), a desindexação da dívida dos estados é uma das prioridades do partido.

Sarney disse que a reunião também teve entre seus objetivos tentar unificar a posição da bancada para a votação do Código Florestal.

Subcomissão do Nordeste discute com governadores

Pré-sal, fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), reforma tributária, recursos para a educação e para a saúde, dívida e investimentos serão debatidos por governadores dos estados da Sudene em audiência pública da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste.

Sugerido por Wellington Dias (PT-PI) e Vital do Rêgo (PMDB-PB), o debate foi aprovado ontem pela subcomissão, vinculada à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Também participarão parlamentares das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, além de membros da Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Na segunda-feira, a subcomissão debaterá em Campina Grande (PB) infraestrutura, zonas de processamento de exportação (ZPEs) e zonas francas.



Análise de três medidas provisórias começa às 14h30

Por acerto de lideranças, foi adiada para hoje a votação em Plenário das medidas provisórias 517/10, que concede incentivos fiscais a vários setores da economia; 520/10, que cria empresa pública para administrar os contratos de pessoal em hospitais universitários; e 521/10, que aumenta o valor da bolsa paga aos médicos residentes da rede pública.

As três vencem hoje e, se não forem votadas, perderão a eficácia. A ordem do dia começará às 14h30, e não às 16h. A intenção do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), era aprovar ontem as MPs 519/10 (veja abaixo), 517/10 e 520/10. Para hoje, ficaria apenas a apreciação da MP 521/10.

Após a aprovação da MP 519/10, no entanto, a oposição decidiu obstruir a votação, cobrando dos governistas o acordo, firmado em legislaturas anteriores, que exigia o intervalo de três sessões deli-

berativas entre o recebimento de uma MP pelo Senado e sua votação em Plenário.

– Eu apelo respeito ao acordo para evitar que as relações futuras, quando tratarmos da hipótese de novos acordos, sejam comprometidas pelo descumprimento de um acordo celebrado no ano passado – argumentou o líder do PSDB, Alvaro Dias (PR).

A preocupação dos governistas era de que, em apenas uma sessão, não fosse possível votar as três MPs.

– São três temas grandes, de muitos debates, um deles na área de saúde – ponderou Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Os senadores decidiram, então, aumentar o prazo para discussão, antecipando o início da ordem do dia. A oposição avisou que será contrária à MP 517/10, que trata de incentivos fiscais, sendo a maior parte deles ligada à produção de energia alternativa.

Doação de alimentos para ajuda humanitária passa no Plenário

O Plenário do Senado aprovou ontem o Projeto de Lei de Conversão 15/11, proveniente da Medida Provisória 519/10, que autoriza o Poder Executivo a doar alimentos para assistência humanitária internacional. Os produtos a serem doados são arroz (até 500 mil toneladas), feijão (até 100 mil toneladas), milho (até 100 mil toneladas), leite em pó (até 10 mil toneladas) e sementes de hortaliças (até 1 tonelada).

Conforme a proposta, relatada pela senadora Ana Amélia

(PP-RS), a União poderá fazer as doações, por meio do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PAM), aos seguintes países: Bolívia, El Salvador, Guatemala, Haiti, Nicarágua, Zimbábue, Cuba, Sudão, Etiópia, República Centro-Africana, Congo, Somália, Níger e Coreia do Norte, além dos países-membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e a Autoridade Nacional Palestina. As despesas com o embarque das mercadorias serão pagas pelo governo brasileiro.

Ampliados direitos para quem vive na fronteira com Argentina

O Senado aprovou ontem oito projetos de decreto legislativo que ratificam acordos bilaterais. Entre eles, está o PDS 104/11, que aprova o texto do Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, celebrado por Brasil e Argentina em 30 de novembro de 2005. Todas as propostas seguem agora para promulgação.

O acordo aprovado pelo PDS 104/11 permite que brasileiros e argentinos que vivem em cidades na região da fronteira

entre os dois países frequentem escolas e hospitais dos dois lados. O texto também estabelece que os residentes em cidades localizadas na fronteira terão direito a uma "carteira de trânsito vicinal fronteiriço".

De posse do novo documento, cidadãos poderão trabalhar do outro lado da fronteira, com iguais direitos trabalhistas e previdenciários. Terão ainda direito ao ensino público e aos serviços públicos de saúde gratuitos.

Senado aprova realização de plebiscito sobre criação de Tapajós

Novo estado seria resultado do desmembramento de 27 municípios do oeste do Pará, onde vive 1,7 milhão de pessoas. Consulta vai acontecer ainda este ano

A POPULAÇÃO PARAENSE poderá opinar, ainda este ano, a respeito da divisão do território para a criação do estado de Tapajós. Projeto que prevê a realização de plebiscito sobre a questão foi aprovado pelos senadores ontem e agora será promulgado pelo Congresso Nacional.

A proposta (PDS 19/99), do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), estabelece a realização de plebiscito sobre o desmembramento de 27 municípios no oeste do Pará, onde vive 1,7 milhão de pessoas. O estado corresponderia a 58% do atual território paraense.

Os municípios são Almeirim, Prainha, Monte Alegre, Alenquer, Óbidos, Oriximiná, Faro, Juruti, Belterra, Santarém, Porto de Moz, Vitória do Xingu, Altamira, Medicilândia, Uruará, Placas, Aveiro, Itaituba, Trairão, Jacareacanga, Novo Progresso, Brasil Novo, Curuá, Rurópolis, Senador José Porfírio, Terra Santa e Mojuí dos Campos.

O plebiscito deverá ser realizado em seis meses, a partir da promulgação do decreto legislativo, e será organizado pelo Tribunal Regional do Pará, instruído pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

No mesmo plebiscito, os paraenses deverão concordar ou não

com a criação de outro estado, o de Carajás, composto por 39 municípios ao sul e sudeste do Pará, segundo o PDS 52/07, já aprovado pelos senadores.

Todos os que discutiram o projeto defenderam o plebiscito, por ser um direito da população, mas consideraram um erro a criação de mais um estado.

A senadora Marinor Brito (PSOL-PA) ressaltou que apoia o plebiscito e a ampliação dos mecanismos de participação popular e disse que sucessivos governos abandonaram a região, que hoje "vive no flagelo" com trabalho escravo, mortes no campo e tráfico de seres humanos.

– Se alguns se acovardam com medo de perder o eleitorado, eu tenho orgulho de dizer que tive uma votação expressiva na região – afirmou.

Mário Couto (PSDB-PA), por sua vez, disse que a decisão da população é que será a soberana, e não a vontade de governantes ou políticos.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) fez um apelo para que a população mantenha a integridade do território. João Pedro (PT-AM) defendeu que, em vez da divisão territorial, todos os habitantes do estado tenham acesso às políticas públicas que garantam seu desenvolvimento.

O adiamento da votação das três MPs, que perdem a eficácia hoje, foi decidido por acerto de lideranças após obstrução

Sete acordos internacionais são ratificados pelo Plenário

Acordo entre Brasil e Cingapura sobre serviços aéreos (PDS 78/11), de 2008, amplia as possíveis rotas comerciais entre os dois países e foi aprovado ontem pelo Plenário. Os senadores aprovaram ainda decisão de ministros da Organização Latino-Americana de Energia, de 2007, que muda o nome da entidade para Organização Latino-Americana e Caribenha de

Energia (PDS 74/11).

Três outros projetos aprovados referem-se a textos de cooperação cultural entre Brasil e Guatemala (PDS 645/10), Botsuana (PDS 646/10) e Uzbequistão (PDS 639/10). Foram também ratificados acordos de cooperação educacional com Seicheles (PDS 647/10) e de cooperação técnica com o Uzbequistão (PDS 642/10).

Presidente da comissão afirma que pretende mediar entendimentos para que o Senado aprove um texto à altura das expectativas da sociedade em relação à Casa

Jorge Viana será o relator do novo Código Florestal na CMA

A INDICAÇÃO DO Senador Jorge Viana (PT-AC) para relatar o projeto de reforma do Código Florestal foi anunciada ontem, no Plenário, pelo presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). Ele disse que Viana, "por sua experiência como governador do Acre, por ser um homem de diálogo e integrar o partido da presidente Dilma Rousseff, reúne todas as condições para construir um relatório do entendimento".

– Nesse debate, não podemos ter perdedores. Nós precisamos fazer com que, nesse debate, tenhamos só vencedores, e que o vencedor seja o Brasil e o povo brasileiro – afirmou Rollemberg, que, antes, anunciara que não aceitaria ser relator do projeto. Rollemberg ressaltou que pre-

tende mediar e produzir entendimentos entre as forças políticas para aprovar um código à altura das responsabilidades do Senado e das expectativas da população brasileira em relação à Casa.

O presidente da CMA afirmou durante reunião que o colegiado ouvirá, em audiências públicas em dias diferentes, especialistas com visões distintas acerca do tema. A ideia, esclareceu Rollemberg, é debater o código com as organizações não governamentais, o setor produtivo, o Ministério Público e o governo, com o objetivo de chegar a um entendimento. Para ele, é possível aprovar uma proposta harmônica a partir do relatório do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), aprovado na última terça-feira pela Câmara dos Deputados.

O senador Ivo Cassol (PP-RO) disse que o setor produtivo

precisa continuar crescendo e defendeu que o debate sobre o código seja realizado com pessoas que conhecem o assunto na prática.

Na opinião de Blairo Maggi (PR-MT), a imprensa tem gerado confusão ao apresentar o assunto de forma equivocada. Por não serem especialistas, disse, os jornalistas têm publicado suas declarações "de forma a gerar mais confusão".

Waldemir Moka (PMDB-MS) disse acreditar que informações divulgadas na imprensa não condizem com o texto aprovado na Câmara. Como exemplo, citou o que tem sido chamado de "anistia aos desmatadores". No entendimento dele, a expressão desvirtua a troca da multa pela reparação do dano ambiental causado pelo infrator.

Kátia Abreu (DEM-TO) também afirmou não ver no texto de Aldo Rebelo os assuntos abordados pela imprensa. Ela disse que já consultou juristas a respeito do projeto aprovado e não consegue entender o enfoque dado pela mídia.

– A imprensa disseminou inverdades que estão se materializando como verdades.

Rio+20

Por iniciativa de Rollemberg, a CMA vai acompanhar os preparativos da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – a Rio+20. O evento será realizado em maio de 2012, no Rio de Janeiro.



Blairo Maggi, Waldemir Moka e Ivo Cassol participam de reunião na CMA

Aprovados critérios ambientais para licitações públicas

A Lei de Licitações (Lei 8.666/93) poderá ser alterada para incluir a exigência de critérios de sustentabilidade ambiental em licitações e contratos administrativos. Projeto com essa finalidade, apresentado pelo senador Magno Malta (PR-ES), foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), com modificações.

De acordo com o projeto (PLS 5/11), a administração pública deverá levar em conta critérios de sustentabilidade ambiental ao selecionar proposta mais vantajosa. Na hipótese de empate, o projeto determina que seja assegurada a preferência aos bens produzidos ou aos serviços prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país e em projetos e programas voltados para a proteção do meio ambiente.

Nas compras, segundo a proposta, a administração ainda deverá observar a adequação do bem às exigências de proteção ambiental.

No texto que apresentou em substituição ao original,

o relator, Waldemir Moka (PMDB-MS), deixa claro que os critérios de sustentabilidade serão observados em licitações e contratos administrativos referentes a obras, compras, alienações, locações e serviços, inclusive de publicidade, a serem realizados pelos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

O senador destaca ainda, em seu relatório, que o projeto poderá contribuir para modificar a forma de atuação do poder público e, conseqüentemente, o comportamento do setor produtivo e da sociedade brasileira quanto à preservação dos recursos naturais.

"Tais medidas orientam o poder de compra do Estado para estabelecer um mercado seguro de produtos e serviços que atentem para os critérios de sustentabilidade ambiental", acrescenta Waldemir Moka.

A proposta será agora encaminhada às comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Caberá a esta última decisão terminativa.



Jorge Viana (E), ao lado de Rollemberg, concede entrevista após indicação

Grupo quer mudar texto do novo Código Florestal

Preocupados com a proposta de reforma do Código Florestal aprovada pela Câmara, um grupo de parlamentares se reuniu ontem com a senadora Marina Silva para traçar uma estratégia de como modificar o texto no Senado.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) disse que o compromisso do grupo é criar uma articulação política que defina ações capazes de aprovar um código mais preocupado com o meio ambiente.

Sobre o decreto que anistia quem desmatou até 2008, e que expira em 11 de junho, o senador disse que sua prorrogação "é assunto do Executivo".

– O que buscamos é oferecer ao Brasil um Código Florestal moderno, que não tenha olhos apenas para o passado e o presente, mas também para o futuro – afirmou Rollemberg.

Também participam do grupo os senadores Marinor Brito (PSOL-PA), Rolf de Rodrigues (PSOL-AP), Cristovam Buarque (PDT-DF), Lindbergh Farias (PT-RJ), Pedro Taques (PDT-MT), Jorge Viana (PT-AC) e o deputado Sarney Filho (PV-MA).

Davim prega debate sem fundamentalismos

Paulo Davim (PV-RN) disse que o Senado deve discutir de forma equilibrada o projeto do novo Código Florestal, "sem fundamentalismos de ambos os lados". Embora reconheça a importância do agronegócio para a formação do produto interno bruto (PIB), Davim afirma que não é possível sacrificar a proteção ambiental em nome da produtividade da agricultura nacional.

– O Brasil, tido como um país com a mais avançada legislação ambiental, que tem a maior floresta tropical do mundo, o maior rio em volume d'água do mundo, a maior biodiversidade do mundo, não pode retroceder, não tem o direito de dar um passo atrás – declarou.



Para Davim, Brasil não tem o direito de retroceder na proteção ambiental



Valadares é contra dar aos estados poder para decidir sobre as APPs

Para Valadares, é preciso ouvir os cientistas

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu "um exame sereno" do Código Florestal, já que, para ele, a votação na Câmara deu-se num clima emocional, inadequado para um tema como o do meio ambiente, "muito acima de ideologias e disputas partidárias".

O senador disse que é preciso considerar os estudos que foram produzidos por entidades científicas, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e a Academia Brasileira de Ciências.

Valadares é contra os estados decidirem sobre áreas de proteção permanente (APPs), mas é favorável à isenção da obrigatoriedade de recomposição de reserva florestal em propriedades de 20 a 400 hectares.

Governador do Amazonas critica a MP dos Tablets

O presidente José Sarney recebeu ontem o governador do Amazonas, Omar Aziz, que pediu apoio contra a aprovação da Medida Provisória 534/11, que concede incentivos fiscais para produção dos aparelhos conhecidos como *tablets*.

Com a medida, a incidência de PIS e Cofins sobre os *tablets* fabricados no país cairá de 9,25% para zero. Também haverá redução da cobrança do IPI e do

Imposto sobre Importação, medidas que, segundo Aziz, prejudicam a Zona Franca de Manaus e criam um desequilíbrio entre as regiões do Brasil.

– Quem vai produzir lá no Amazonas, longe do mercado consumidor, se pode produzir do lado do mercado consumidor, em São Paulo? – questionou Aziz.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Romero Jucá (PMDB-RR) participaram da reunião.

Vanessa condena MPs com incentivo fiscal

Medidas provisórias que tratam de incentivos fiscais para a produção de equipamentos de informática foram criticadas pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que vê nas propostas riscos para a Zona Franca de Manaus. A MP 517/10 isenta de PIS, Cofins e IPI a produção de *modems* (equipamentos que permitem o acesso à internet), e a MP 534/10 incluiu os *tablets* (computadores portáteis com teclado embutido) na Lei de Informática, conferindo uma série de incentivos à sua produção.



Senadora aponta prejuízos para polo de informática da Zona Franca

– As mudanças feitas em 2001 causaram prejuízos enormes à Zona Franca. O polo de informática participava com 22% da receita. Dez anos depois, a participação foi reduzida a 9%. O que isso significa? Fechamento de fábricas, de postos de trabalho e diminuição da arrecadação.



Senadores Romero Jucá (E) e Alvaro Dias (foto acima) acompanharam exposição do ministro Fernando Haddad na Comissão de Educação, presidida por Roberto Requião (D)



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Haddad propõe regulamentar livro didático

Vinte anos após a adoção do Programa Nacional do Livro Didático, ministro da Educação avalia que decreto inicial pode ser substituído por lei

Ministro defende livro das críticas dos senadores

Senadores também criticaram o suposto estímulo, pelo livro *Por uma vida melhor*, à utilização de erros de concordância derivados da utilização da língua popular em detrimento da língua culta.

Fernando Haddad afirmou ter recebido “dezenas de manifestações” favoráveis à obra, enviadas por professores e entidades como a Associação Brasileira de Linguística, dizendo, segundo o ministro, “ser absurda a hipótese de recolher o livro em função do uso de uma frase descontextualizada”.

Marisa Serrano (PSDB-MS) admitiu que há muito tempo se discutem variantes populares à língua portuguesa falada no Brasil. A senadora defendeu, contudo, prioridade nos livros didáticos à linguagem culta. Para ela, não se deveria dizer, como no livro, que se pode utilizar uma expressão como “os livro”.

– Você pode, mas não deve falar assim, pois está aqui [na escola] para crescer e precisa da língua culta – sugeriu.

Cristovam Buarque (PDT-DF) lamentou que parte da população esteja sendo “condenada a falar português errado”.

– A gente tem que ter um padrão, uma ortografia e uma gramática que nos unam – advertiu o senador.

O PROGRAMA NACIONAL do Livro Didático, até hoje definido por meio de decreto presidencial, poderá ser regulamentado por uma lei a ser aprovada pelo Congresso. A possibilidade foi apresentada ontem pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, durante audiência pública promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

– Talvez seja a hora de se institucionalizar o programa por lei, depois de 20 anos de sua adoção, para que compreendamos o que a sociedade quer. O lugar adequado para isso é o Congresso Nacional. Nós estamos

abertos. Se formos fazer alguma pequena mudança, pode ser por decreto. Se for uma mudança estrutural, toda a sociedade vai poder se manifestar – disse Haddad.

O debate na CE, presidido por Roberto Requião (PMDB-PR), destinou-se a discutir questões como o ensino da língua culta, supostas preferências em textos de livros de História pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o *kit* anti-homofobia.

Senadores de oposição apresentaram vários exemplos de referências elogiosas ao governo Lula nos livros didáticos. Os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso

foram comparados desfavoravelmente ao seu sucessor, segundo esses parlamentares. Haddad disse que não leu esses livros, mas defendeu o método utilizado pelo governo para a seleção das obras didáticas, reconhecendo que podem ser feitos aperfeiçoamentos à regra atual de seleção.

Escolha de livros

O ministro explicou que a escolha dos livros tem início com a publicação de um edital convidando autores e editoras a apresentar suas obras, que são analisadas por 192 comissões de especialistas indicados por universidades federais.

Autor do requerimento para a realização da audiência, Cyro Miranda (PSDB-GO) afirmou ser fácil verificar que a abordagem adotada em alguns livros de História “beira o maniqueísmo”, ressaltando as qualidades do PT e os defeitos do PSDB.

Alvaro Dias (PSDB-PR) também considerou inevitável constatar que “há parcialidade” em livros adotados pelo ministério. O senador mostrou na reunião duas páginas de livros de História ilustradas por capas de revistas “triumfalistas” em relação a Lula.

– Se o livro reservou espaço a capas favoráveis, não deveria

mostrar outras capas em sentido oposto? – questionou.

Kátia Abreu (DEM-TO) pediu a adoção de critérios mais objetivos na análise de livros didáticos. A senadora rebateu as várias críticas ao agronegócio, setor tido por ela como sustentáculo da economia brasileira, e elogios ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em obras dirigidas aos estudantes.

José Agripino (DEM-RN) questionou se seria correto ou prioritário para o Ministério da Educação adquirir livros que “jogam no pelourinho o governo FHC”. Por sua vez, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu que, no futuro, livros polêmicos, como os que “causaram tanta divergência e incompreensão”, sejam “objeto de estudo maior”.

Em nome de prefeitos e governadores do PSDB, o senador Paulo Bauer (SC) afirmou que “nenhum deles ficou satisfeito ao constatar que um livro didático teve mão mais pesada quando mencionou um período de governo que outro”.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) demonstrou preocupação com a escolha das comissões temáticas que analisam os livros didáticos.

Wellington Dias (PT-PI), por sua vez, julgou haver “tratamento semelhante” aos governos do PSDB e do PT nos livros didáticos adotados e pediu à oposição para “aprender a conviver com a democracia”.

Kit polêmico será distribuído após modificações

Outro tema que despertou questionamentos ao ministro foi a distribuição de um *kit* voltado ao combate ao preconceito contra homossexuais. De acordo com Fernando Haddad, o material ainda será distribuído nas escolas, porém seu conteúdo está sendo reavaliado, após críticas de vários setores da sociedade, inclusive da própria presidente Dilma Rousseff.

O ministro informou ainda que recebeu sugestão de integrantes da Frente Parlamentar de Defesa da Família no sentido de que campanhas contra preconceito fossem feitas de maneira a combater toda forma de intolerância.

– Vou submeter a sugestão à presidente Dilma e receber dela a diretriz sobre o assunto – disse.

O senador Walter Pinheiro (PT-BA) afirmou ser “fundamental” o combate aos preconceitos. Temas como a homofobia, defendeu o senador João Pedro (PT-AM), devem ser discutidos “com serenidade”.

Lídice da Mata (PSB-BA) afirmou ser necessário não registrar apenas o que é negativo no Ministério da Educação, mas também o que é positivo, como a expansão de escolas técnicas.

Geovani cobra melhores salários para os professores no país

Geovani Borges (PMDB-AP) defendeu ontem melhores salários e melhores condições de trabalho para os professores em todo o país. Ele lembrou a frase “a carreira de professor é, antes de tudo, um sacerdócio” para afirmar que esse conceito demonstra o descaso histórico com as carreiras de professor no Brasil.

O senador disse que os professores e servidores da educação de seu estado vivem situação

de “penúria e insatisfação” e criticou o aumento de apenas 3% concedido pelo governo do Amapá à categoria.

– Quero, aqui, manifestar minha solidariedade aos profissionais de educação, que vivem sem ter suas reivindicações contempladas de forma plena – declarou.

Para Geovani, os professores seguem o cotidiano de profissionais desvalorizados, o que pode “selar um destino perigoso para

a nação”, pois a situação serve de desestímulo para jovens que poderiam seguir a carreira do magistério.

O parlamentar salientou que, segundo estudo elaborado pelo Ministério da Educação sobre as disparidade de vencimentos dos professores no Brasil, entre 2003 a 2008, o salário mais alto, pago pelo Distrito Federal (R\$ 3.360), corresponde a mais de três vezes o valor do pior salário, pago por

Pernambuco (R\$ 982).

Geovani afirmou que é preciso levar em conta as variáveis de composição salarial e as realidades regionais e apontou a estrutura precária das escolas e a falta de material.

O senador também cobrou uma atuação mais eficaz do governo federal.

– A União deve exercer um papel complementar e regulamentador na questão salarial dos professores – afirmou.



Geovani vê descaso histórico com as carreiras do magistério no Brasil



Relatora do colegiado, Marinor Brito, entre debatedores, coordena audiência pública da CPI do Tráfico de Pessoas

Especialistas querem ampliar combate a tráfico de pessoas

Mais investimentos em medidas de prevenção, ampliação da estrutura investigativa e meios para a proteção das vítimas são algumas iniciativas defendidas durante audiência

A NECESSIDADE DE mais investimentos em medidas de prevenção e ampliação da estrutura investigativa, além de meios para a proteção das vítimas, foi defendida ontem por especialistas, em debate na CPI do Tráfico de Pessoas. Eles reconheceram, entretanto, que o Estado brasileiro vem demonstrando compromisso com o enfrentamento dessa modalidade de crime e realizando progressos no seu combate.

– É preciso, ainda, que os crimes sejam punidos, pois a impunidade é um estímulo para que infratores continuem agindo – observou Bo Mathiasen, da Unidade de Governança e Justiça do Escritório das Nações Unidas para o Combate e Prevenção ao Crime (UNODC).

O delegado da Polícia Federal

Delano Cerqueira observou que o lucro anual das organizações internacionais com cada pessoa traficada é estimado em US\$ 30 mil. No Brasil, disse, os principais estados de origem das vítimas do tráfico são Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Os destinos mais frequentes são Espanha, Portugal, Itália, Suíça, Venezuela, Suriname e Guiana Francesa.

Como resultado das investigações da Polícia Federal, o delegado disse que, em 2010, foram abertos 74 inquéritos sobre tráfico de pessoas e um total de 887 em 20 anos. Na avaliação do delegado Delano, os números poderiam ser mais representativos caso a PF pudesse eliminar dificuldades estruturais, a começar pela criação de um setor exclusivo para

tratar dos crimes relativos aos direitos humanos.

A audiência contou ainda com a participação de Rodrigo Vitória, oficial da UNODC, que anunciou o lançamento da campanha Coração Azul, com o objetivo de ampliar o conhecimento da população sobre o tema do tráfico de pessoas e sobre medidas de prevenção.

Na coordenação dos debates, Marinor Brito (PSOL-PA), relatora da comissão, anunciou que reiteraria ao presidente José Sarney pedido para implantação de um *link* da CPI na página da Casa na internet.

Um dos objetivos seria abrir um canal para denúncias de tráfico de pessoas. Marinor disse que o pedido já havia sido encaminhado à área de Comunicação Social, sem sucesso.

CPI vai investigar falsas agências de modelos

A CPI do Tráfico de Pessoas vai investigar o recrutamento de modelos por meio da internet. O objetivo é examinar indícios de envolvimento de agências que, na verdade, atuam na prostituição de mulheres.

A informação foi dada pela senadora Marinor Brito (PSOL-PA), relatora da CPI.

– Deveremos identificar as falsas agências de modelo e apurar os indícios de que estejam usando a internet para fins de exploração sexual na modalidade tráfico – disse.

A sugestão para investigar *sites* e anunciantes na internet veio do presidente da Safernet Brasil, Thiago Tavares de Oliveira, um dos convidados da audiência realizada ontem pela CPI. Cerca de 700 *sites* de recrutamento de modelos foram denunciados à Safernet de forma anônima. As falsas agências de modelo não possuem sede nem endereço fixo e só operam na rede.

– Já temos contas de *e-mail* suspeitas de serem usadas pelas supostas agências para aliciar

jovens, tanto para o tráfico interno quanto internacional associado à exploração sexual – disse o presidente da Safernet. Ele explicou que os anúncios na rede costumam utilizar o código “ficha rosa” para indicar que estão recrutando modelos para participar de eventos (feiras, congressos e festas fechadas, por exemplo) e que, ao mesmo tempo, fiquem disponíveis para programas sexuais. Desavisadas, muitas jovens são atraídas e acabam se tornando vítimas de situações inesperadas e abusos.

Subcomissão discute agressões de vigilantes a consumidores

Durante mais de três horas, a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social discutiu as agressões sofridas por consumidores por parte de vigilantes de supermercados e lojas de departamentos. Vários depoentes salientaram a necessidade de esses vigilantes estarem mais bem preparados para as relações com o público.

O ouvidor da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir), Carlos Alberto de Souza e Silva Júnior, lembrou que as novas classes consumidoras são compostas, em sua maioria, de negros.

– Os negros passaram a consumir. Precisamos mudar o paradigma de que um negro dentro de uma loja é um suspeito de furto – afirmou o ouvidor, que disse ter sido seguido por um vigilante quando pesquisava produtos em uma filial das Lojas Americanas em Brasília.

A reunião da subcomissão – vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS) – foi dominada pelo caso de espancamento de Márcio Antonio de Souza em uma filial das Lojas Americanas de Campo Grande, no último 23 de abril. Suspeito do furto de dois ovos de páscoa, o consumidor foi espancado dentro da loja, pelo segurança Décio Garcia de Souza. Márcio teve o nariz quebrado e sequelas de audição, entre outros problemas. O caso está sendo investigado pela polícia.

O advogado das Lojas Americanas Silzomar Furtado de Mendonça Júnior disse que Márcio foi flagrado pelo segurança –

que trabalha para uma empresa terceirizada – colocando os ovos de páscoa em seu capacete. Disse que as Lojas Americanas reprovam qualquer tipo de agressão ou discriminação em suas lojas, mas que não considerava o caso como racismo, já que a discriminação racial não foi citada no depoimento que Márcio prestou à polícia.

O ouvidor da Seppir convidou as Lojas Americanas e outras empresas a se adequarem ao Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça, instituído pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

David Santos, diretor executivo da Educação e Cidadania para Afrodescendentes (Educafro), criticou a postura das

Lojas Americanas, que tem se recusado, segundo ele, a discutir o assunto.

O advogado Dojival Vieira dos Santos lamentou a terceirização da segurança pública no Brasil. O coordenador-geral de Controle de Se-

gurança Privada da Polícia Federal, Adelar Anderle, disse que o número de vigilantes cadastrados na PF chega a 2 milhões, dos quais 700 mil estão empregados. Mas alertou haver mais de 1 milhão trabalhando na informalidade, sem qualquer curso ou preparo.

Márcio Milan, vice-presidente da Associação Brasileira de Supermercados, afirmou que a entidade vem dando mais atenção à capacitação dos vigilantes desde o ano passado. José Boaventura Santos, presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes e Prestadores de Serviços, afirmou que os vigilantes devem ter um treinamento específico para o setor no qual atuam.

Polícia Federal resalta que existe 1 milhão de vigilantes atuando na informalidade, sem treinamento



Paim (C), entre os representantes dos vigilantes, governo e empresas

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro*

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marta Suplicy • Wilson Santiago • Inácio Arruda • Anibal Diniz • Gleisi Hoffmann

*Licenciados

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquêas D. de Moraes,

Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Ana Volpne/Senado Federal



Deputado Marcio Reinaldo (E) e o presidente da CMO, senador Vital do Rêgo

CMO: dia 10 é o prazo final para emendas à LDO de 2012

O prazo para apresentação de emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2012 vai até o próximo dia 10. O anúncio foi feito pelo presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), logo após aprovação do relatório preliminar.

O parecer aprovado, elaborado pelo deputado Márcio Reinaldo (PP-MG), mantém as linhas gerais da proposta orçamentária encaminhada pelo Executivo. No entanto, ele acatou parcialmente oito emendas que criam a Seção II do Anexo 4 da LDO, para que possam ser feitas emendas que incluam despesas discricionárias ressal-

vadas de contingenciamento por serem consideradas relevantes. A seção foi excluída pelo Executivo do projeto de LDO.

O relator também incluiu previsão de flexibilizar a escolha do órgão público que irá acompanhar a execução dos contratos de convênios originados de emendas parlamentares – hoje sob responsabilidade da Caixa –, podendo esse órgão ser indicado pelo parlamentar.

Hoje a CMO realizará audiência pública com o presidente da Caixa, Jorge Hereda, que vai falar sobre o Decreto 7.468/11, que mantém a validade dos restos a pagar relativos a 2007, 2008 e 2009.

Dornelles elogia governo por nomeação para presidir Carf

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) elogiou ontem a nomeação do ex-secretário da Receita Federal Otacilio Dantas Cartaxo como presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) do Ministério da

Fazenda, responsável por julgar contestações contra autuações do fisco federal. Para o senador, o órgão “tem importância fundamental na defesa dos direitos da Fazenda Nacional e dos contribuintes”.

Dornelles ressaltou que a atuação do conselho é reconhecida por magistrados de todo o país e até por organismos internacionais.

– A relevância do novo órgão exigiu um dirigente à altura de sua função. A presidente Dilma Rousseff e o ministro Guido Mantega decidiram pela segurança, pela experiência, pela dedicação e, especialmente, pelo enorme conhecimento técnico do funcionário – elogiou.



Dornelles: nomeado tem experiência, dedicação e conhecimento técnico

Proposta que restabelece o fuso de duas horas a menos que Brasília será votada ainda em turno suplementar, na próxima semana, pela CCJ, em caráter terminativo

Comissões aprovam volta do antigo fuso horário do Acre

O IMPASSE EM torno da revisão do fuso horário do estado do Acre está prestes a ser resolvido no Senado. Ontem, as comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram substitutivo do projeto de lei (PLS 91/11) do senador Pedro Taques (PDT-MT) restabelecendo o antigo fuso horário do estado.

Com a alteração, o Acre voltará a ter duas horas a menos em relação a Brasília, e não só uma hora, como ocorre hoje. A decisão atende ao desejo expressado pela maioria da população acreana em plebiscito realizado durante as eleições de 2010.

O passo seguinte será a votação do substitutivo, em turno suplementar, pela CCJ, na próxima semana, em caráter terminativo.

Único senador que se absteve na votação da matéria, Jorge Viana (PT-AC) disse respeitar o resultado da consulta popular no Acre, mas afirmou acreditar que o processo tenha sido alvo de manipulação política e eleitoreira.

– Excluíram o Acre do sistema *on-line* em que o mundo vive – lamentou Jorge Viana, prevendo nova revisão do fuso horário no futuro.

Os outros dois senadores do Acre – Sérgio Petecão (PMN) e Anibal Diniz (PT) – votaram a favor, mas expressaram posições distintas em relação à matéria. Sérgio Petecão considerou “histórica” a votação para restabelecimento do fuso horário original. Já Anibal Diniz avaliou como uma “injustiça” deixar o Acre duas horas atrasado em relação a Brasília.

– Fizemos valer a vontade do povo do Acre, mas vou reunir as assinaturas necessárias para discutir um fuso horário único no país – anunciou Anibal Diniz.

Pará e Amazonas

A revisão de fuso horário não vai se restringir ao Acre. O substitutivo, apresentado pelo senador Luiz Henrique (PMDB-SC), incorporou, com ajustes, emendas de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) para resgatar o fuso horário que vigorou por 95 anos (de 1913

a 2008) no Pará e no extremo oeste do Amazonas.

Essas mudanças foram reintroduzidas no texto do Decreto 2.784/13 – que determina a hora legal do país – também atualizado pelo substitutivo em função, por exemplo, da criação de estados e da definição de Brasília como capital do Distrito Federal.

Essas adequações já haviam sido realizadas no texto do Decreto 2.784/13 pela Lei 11.662/08 – que alterou o horário original do Acre, do Pará e do oeste do Amazonas –, mas precisaram ser refeitas pelo fato de o substitutivo recomendar a revogação da lei.

Em síntese, o substitutivo determina que o extremo oeste do Pará e a parte do Amazonas localizada a leste de uma linha imaginária que une o município de Tabatinga (AM) a Porto Acre (AC) terão uma hora a menos em relação a Brasília; o Acre e a parte do Amazonas localizada a oeste da linha imaginária já descrita terão duas horas de defasagem em relação ao horário de Brasília; o restante do Pará terá fuso idêntico ao de Brasília.



Eunício Oliveira, presidente da CCJ, dirige reunião, ao lado de Delcídio do Amaral (E), presidente da CAE, e Gim Argello

Usar ou imitar marca famosa pode dar até um ano de cadeia

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto que torna crime a prática de “concorrência parasitária”, pela qual um fabricante ou prestador de serviços pega carona numa marca famosa.

O projeto (PLS 308/06) do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) define como crime de concorrência desleal quem usa ou imita marca, expressão ou sinal de propaganda alheia. Independentemente de o objetivo ser aproveitar-se da fama, prestígio ou imagem corporativa do titular da marca, ou causar-lhe prejuízo com uma associação indevida, os que cometerem esse crime podem ser condenados a detenção de três meses a um ano.

Além de estabelecer a pena,

a proposta obriga o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) a proibir o registro de pedidos com reprodução ou imitação capaz de causar confusão ou associação com marca alheia.

Hoje, o Inpi usa no exame e na decisão sobre registro de marcas a classificação internacional de Nice, com 45 categorias de produtos e serviços. A marca é protegida numa categoria, mas pode não ser em outra.

Assim, pessoas e empresas podem registrar numa categoria não protegida uma marca semelhante a outra famosa. O projeto ainda será examinado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) em caráter terminativo.

CAE homenageia ex-presidente Garibaldi Alves Filho

O senador licenciado e ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho (PMDB), foi homenageado ontem pela CAE com a colocação de sua fotografia na galeria de ex-presidentes da comissão. Além do atual presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), diversos senadores e autoridades participaram da solenidade, entre eles o pai do homenageado e também senador, Garibaldi Alves (PMDB-RN), e a governadora do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini (DEM).

– Quero agradecer a todos os senadores que apoiaram minha indicação para a CAE e que também me ajudaram anteriormente quando fui indicado para a presidência do Senado – disse o ministro.

Proposta sobre planos de saúde provoca discussão

Projeto do senador Demóstenes Torres (DEM-GO) que permite às operadoras de planos de saúde a contratação de resseguro causou discussão entre membros da base de apoio do governo na reunião da CAE.

Francisco Dornelles (PP-RJ) elogiou a proposta (PLS 259/10) e ficou indignado quando Lindbergh Farias (PT-RJ) pediu vista da matéria, sob a alegação de que queria ouvir antes dois órgãos do governo que atuam na área.

Dornelles acusou o governo de desrespeitar o Congresso Nacional e de adotar “uma posição cega e medíocre” de pedir vista de todos os projetos de parlamentares. O senador anunciou que fará o mesmo com todos as propostas do Executivo.

Dívidas dos estados serão tema de debate

A CAE decidiu ontem realizar um debate sobre o aumento das despesas dos estados com o pagamento dos juros das dívidas com a União. A reunião, a ser marcada, deverá ter a presença de secretários estaduais de Fazenda e de representantes do Tesouro Nacional.

Em reunião em 24 de maio, dez senadores da CAE cobraram uma repactuação das dívidas dos estados e municípios em condições compatíveis com a realidade econômica atual.

Na ocasião, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que, em 1998, as dívidas estaduais eram de R\$ 93,24 bilhões e, em 2008, subiram para R\$ 320,25 bilhões, apesar do pagamento de R\$ 96,62 bilhões no período.

Mozarildo cobra mais ação contra o vício de fumar



Mozarildo

Ao registrar a comemoração, ontem, do Dia Mundial sem Tabaco, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) advertiu que os governos, as instituições como as igrejas, as escolas, a maçanaria, e a própria sociedade devem atentar para os riscos do vício de fumar e engajar-se para ajudar na diminuição da prática.

O senador citou informações da imprensa sobre o tabagismo, como o fato de que fumantes têm mais chance de desenvolver doenças do tecido ósseo. Também se estima que, até 2030, o cigarro poderá matar 8 milhões de pessoas, e desse total, 600 mil fumantes passivos, disse ele.

Flexa comenta críticas da imprensa a obras do governo



Flexa Ribeiro

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) destacou matéria do jornal *Folha de S. Paulo*, segundo a qual o Tribunal de Contas da União (TCU) encontrou indícios de fraudes na obra de transposição de águas do Rio São Francisco e estima que o Ministério da Integração Nacional possa ter despendido cerca de R\$ 30 milhões "para remunerar profissionais fantasmas".

O senador comentou ainda denúncias da revista *Veja* sobre atrasos na execução de obras de estádios para a Copa de 2014, e lamentou a demora do Ministério de Minas e Energia em enviar para o Congresso o marco regulatório da mineração.

Lucena desaprova gestão do governo da Paraíba



Cícero Lucena

O senador Cícero Lucena (PSDB-PB) afirmou que as áreas de saúde, educação e segurança pública no estado da Paraíba estão mergulhadas no caos e criticou a falta de diálogo e a incapacidade de gestão do governo.

Segundo o senador, os professores estão em greve há 30 dias. A categoria pede que o governo pague o piso salarial.

– Por quanto tempo nossas crianças e adolescentes ficarão sem aula? Quantos precisarão perder a vida para o governo negociar com os médicos? – questionou, lamentando a morte de Cristiano Alves Correa, por falta de atendimento médico.

Projeto amplia abrangência dos benefícios e estende por mais quatro anos o regime tributário especial, que vale para área da Sudene e as regiões Norte e Centro-Oeste

CDR prorroga incentivos à indústria petroquímica

A COMISSÃO DE Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem o Projeto de Lei do Senado (PLS) 68/11, do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que altera a Lei 12.249/11. A lei, originada da Medida Provisória 472/09, instituiu o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Repenec).

A proposta do senador altera a lei para que, em vez de incluir a região Nordeste isoladamente, o regime especial passe a valer para toda a área da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que inclui também dezenas de municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo. Pela lei, o regime abrange também as regiões Norte e Centro-Oeste.



Benedito de Lira (E), presidente da CDR, cumprimenta Ataídes Oliveira

O Repenec beneficia obras de infraestrutura nas três regiões, nos setores petroquímico, de refino de petróleo e de produção de amônia e ureia a partir do gás natural. Programado para durar até 30 de junho de 2011, o Repenec será prorrogado por quatro anos, se o PLS 68/11 virar lei.

O texto aprovado sofreu modificações feitas pela relatora,

Ana Rita (PT-ES), e agora será votado em caráter terminativo na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Ana Rita avalia que medidas de desoneração da carga tributária incidente sobre "um setor industrial estratégico da economia nacional" estimulam o desenvolvimento e ajudam na diminuição das desigualdades regionais.

Comissão aprova indicações para CNJ e CNMP

Quatro indicados para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e três para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) no biênio 2011/2013, todos graduados em Direito, foram sabatinados e tiveram seus nomes aprovados ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A decisão final cabe agora ao Plenário.

Para o CNJ foram aprovados Marcelo da Costa Pinto Neves, Bruno Dantas Nascimento, Fernando da Costa Tourinho Neto e Sílvio Luis Ferreira da Rocha; para o CNMP, Jefferson Luiz Pereira Coelho, Alessandro Tramuja Assad e Jarbas Soares Junior.

O CNJ, composto por 15 membros, controla a atuação administrativa e financeira dos demais órgãos do Poder Judiciário, bem como supervisiona o cumprimento dos deveres funcionais dos juizes.

Marcelo Neves já exerce a



Eunício Oliveira (ao microfone), presidente da CCJ: indicações vão ao Plenário

função de conselheiro do CNJ desde 2009. Bruno Dantas é consultor legislativo do Senado desde 2003 e conselheiro do CNMP desde 2009. Tourinho Neto é desembargador da Justiça Federal e Sílvio Ferreira da Rocha é juiz federal.

O CNMP é composto por 14 membros e tem como objetivo controlar a atuação administrativa e financeira do Ministério Público e o cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.

Jefferson Luiz Pereira Coelho

é subprocurador-geral do Trabalho e já atuou como advogado trabalhista e professor de Direito em instituição de ensino superior. Alessandro Tramuja Assad é procurador de Justiça com atuação na área criminal e membro do Conselho Superior do Ministério Público. Iniciou a carreira como promotor de Justiça. Jarbas Soares, por sua vez, é procurador de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais, instituição em que ingressou por concurso público em 1990.

Santiago faz alerta contra cobranças abusivas de bancos



Wilson Santiago

Wilson Santiago (PMDB-PB) pediu que o Banco Central faça uma fiscalização mais rígida das cobranças abusivas de taxas pelos bancos.

Ele assinalou que o Ministério Público Federal no Rio de Janeiro recomendou aos bancos Santander e Itaú-Unibanco a devolução das tarifas cobradas indevidamente entre 2008 e 2010. Disse que o valor total dessas cobranças abusivas é de R\$ 430 milhões, somente no estado do Rio.

Maldaner quer audiência sobre telefonia móvel



Maldaner

A realização de audiência pública para debater com a Anatel e as operadoras o atendimento aos consumidores e a qualidade na prestação dos serviços de telefonia móvel foi proposta ontem, em discurso, por Casildo Maldaner (PMDB-SC).

O senador disse que a sugestão foi motivada pelo fato de os serviços de telefonia serem campeões de reclamações nos Procons.

Walter Pinheiro anuncia programa Brasil sem Miséria



Walter Pinheiro

O programa Brasil sem Miséria, que será lançado amanhã pelo governo, busca honrar compromissos de campanha da presidente Dilma Rousseff, ressaltou o senador Walter Pinheiro (PT-BA).

O programa pretende retirar 16 milhões de brasileiros da condição de extrema pobreza.

– É o maior desafio da presidente Dilma e uma oportunidade de a sociedade brasileira saldar uma dívida histórica – disse.

Collor relata debate sobre China, África e Al-Qaeda

Fernando Collor (PTB-AL) relatou a audiência pública sobre a presença da China e da organização terrorista Al-Qaeda na África, realizada na Comissão de Relações Exteriores.



Fernando Collor

Segundo o senador, os debatedores destacaram a forte presença chinesa na África em busca de recursos naturais, com boa receptividade dos países africanos à entrada de dinheiro sem exigências políticas. Também lembraram que o leste africano tem sido a prioridade da Al-Qaeda desde a década de 1990, e que a rede terrorista atua em seis países africanos com forte presença de interesses brasileiros.

Paim elogia acordos de cooperação com o Uruguai

Paulo Paim (PT-RS) registrou a visita da presidente Dilma Rousseff ao Uruguai, onde ela assinou, com o presidente José Mujica, acordos de cooperação bilateral em infraestrutura e tecnologia. Na avaliação do senador, os acordos terão reflexos positivos para o Brasil, principalmente no Rio Grande do Sul.

Paim também anunciou que a Secretaria Nacional de Aviação Civil, na primeira fase do Plano de Investimentos do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (Profaa) de 2011, vai investir R\$ 102,3 milhões em 18 aeroportos, sendo R\$ 14 milhões em cinco aeroportos do seu estado.

Mário Couto nega acusação de corrupção

O senador Mário Couto (PSDB-PA) rechaçou acusações de que teria participado de desvio de recursos da Assembleia Legislativa do Pará quando a presidiu, de 2003 a 2006. Segundo ele, um dos acusados, José Carlos Rodrigues de Souza, divulgou nota negando seu envolvimento. O jornal *Diário do Pará* teria publicado carta atribuída a José Carlos com acusações ao senador.

– Como é que o Ministério Público do Estado do Pará, que está apurando, dá um documento tão importante como esse à imprensa, ao cabo de o acusado já ter que se defender? Que investigação é essa? – indagou.



Mário Couto